

# CPI DA PANDEMIA EXPÕE “GABINETE PARALELO”, ACUA BOLSONARO E APOIADORES E REAVIVA *IMPEACHMENT*

Eliane Gonçalves<sup>1</sup>

Roque de Sá/Agência Senado



Bruna Morano, advogada de médicos que trabalharam para a Prevent Senior, depõe à CPI em 28/9/2021

*Comissão Parlamentar de Inquérito aberta no Senado Federal surpreende e “joga na lona” o governo federal ao iluminar corrupção bilionária na compra de vacinas na Índia e ao tornar pública a existência de vínculos secretos entre o governo, um conselho informal — constituído por médicos, especialistas, políticos e empresários — e a operadora de saúde Prevent Senior. A empresa aceitou a incumbência de legitimar a tese do “tratamento precoce” à base de hidroxicroquina, azitromicina e ivermectina, prescrito para pacientes de Covid-19 sem que fossem consultados a respeito. Além disso, a Prevent Senior escondeu óbitos por Covid-19 ocorridos em seus hospitais. No final de outubro, quando a Covid-19 já havia causado mais de 606 mil mortes no país, a CPI aprovou seu relatório final, indiciando 78 pessoas — entre as quais o presidente da República, ministros, um governador e parlamentares*

**M**anoel Freitas Filho. Você não deve se lembrar, mas ele foi a primeira vítima conhecida do coronavírus no Brasil. O zelador de 62 anos morreu em 17 de março de 2020 num hospital da Prevent Senior, em São Paulo. Um ano e três meses depois, em 19 de junho de 2021, mais de meio milhão de vidas já tinham sido perdidas para a pandemia. Em todo o mundo, o Brasil do Sistema Único de Saúde (SUS) só fica atrás dos EUA, o país sem nenhum sistema público de saúde, em número de mortos em todo o mundo.

No mesmo dia em que o país ultrapassou a marca das 500 mil mortes, centenas de milhares de pessoas foram às ruas para protestar contra Jair Bolsonaro. A pandemia descontrolada, o recorde de 14,8 milhões de desempregados, a inflação dilapidando a renda dos que ainda tem trabalho e 117 milhões de pessoas com

fome são ingredientes de sobra para a revolta, mas o fermento começou a ser preparado 100 mil mortes antes, em 27 de abril, com a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI da Pandemia, no Senado Federal.

Nos primeiros dois meses, foram ouvidos 25 depoimentos, entre ministros e ex-ministros, funcionários públicos, cientistas e terraplanistas. As sessões da comissão ganharam *status* de *reality show* e trouxeram à luz que pelo menos 95 mil mortes poderiam ter sido evitadas se as vacinas tivessem chegado mais cedo ao braço dos brasileiros, que 53 *e-mails* da farmacêutica Pfizer com ofertas de vacinas foram ignorados pelo governo, que o Instituto Butantan foi boicotado e isso atrasou o processo de produção da Coronavac, que um [“gabinete paralelo”](#) [assessorava o presidente da República em sua cru-](#)

[zada pró-cloroquina e anti-distanciamento social](#) e que uma denúncia de corrupção na compra da vacina Covaxin teria sido jogada para baixo do tapete por Jair Bolsonaro.

Bolsonaro, com sua longa carreira como parlamentar do baixo cleuro, sabia do ônus de enfrentar uma CPI. Antes mesmo de começarem as investigações anunciou sua disposição autoritária em uma [entrevista ao apresentador Sikêra Júnior](#), no policiaisco programa *Alerta Nacional* da TV A Crítica, no dia 23 de abril: “Eu sou o chefe supremo das Forças Armadas. O nosso Exército, as nossas Forças Armadas, se precisar, nós vamos p’ras ruas. Não para manter o povo dentro de casa, mas para restabelecer todo o artigo 5º da Constituição.”

Depois da entrevista, posou para fotos segurando réplica em tamanho grande de um CPF carimbado com



Queiroga, Milton Ribeiro, Bolsonaro e Sikêra Jr.: cena macabra

a palavra “cancelado”. “CPF cancelado” é o jargão usado por policiais e milicianos para falar da execução de oponentes e parece sintetizar a relação do presidente com a vida das pessoas como se fossem números. A cena é ainda mais macabra por ter sido em Manaus, que viu a rede de saúde estrangulada, sepultamentos em valas comuns e começou 2021 com pessoas morrendo asfixiadas por falta de oxigênio.

O depoimento à CPI do ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, deixou claro que a ideia de que Bolsonaro tem um exército para chamar de seu não é só bravata. O general de três estrelas que “[não sabia o que era o SUS](#)” e ainda assim foi o ministro mais longo à frente da pasta da Saúde prestou um depoimento de mais de 16 horas em que falou muito para dizer quase nada.

As respostas evasivas do oficial tentavam eximir a responsabilidade de Bolsonaro ao colocar o Brasil no epicentro da pandemia. Pazuello foi tão bem sucedido que ficou à vontade para participar de um ato em

apoio ao presidente, no Rio de Janeiro, três dias depois. Apesar de manifestações políticas serem proibidas para militares na ativa, o Exército não só deixou de punir a transgressão, como impôs ao inquirido um sigilo de 100 anos, segundo o jornal *O Globo*, que tentou acessar o processo via Lei de Acesso à Informação (LAI).

**Militares e prevaricação**  
**O partido militar é base do governo e será determinante para o futuro de Bolsonaro. Mas outro ponto de apoio, o chamado Centrão parlamentar, ganhou mais importância para a sustentação de um governo cada vez mais cambaleante, a partir do caso Covaxin**

A cumplicidade das Forças Armadas não é de graça. Atualmente os militares têm uma presença no executivo federal maior do que tiveram até mesmo na Ditadura Militar (1964-1985). O professor William Nozaki, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, [contabilizou 6.157 cargos civis ocupados por militares em 2020](#) em áreas estratégicas como educação, meio ambiente, petróleo e até mesmo na Casa Civil. No Ministério da Saúde não é diferente. Com 1.249 militares lotados na Saúde, eles não foram meros apoiadores, mas protagonistas na resposta que o Brasil deu à pandemia.

O partido militar é base do governo e será determinante para o futuro de Bolsonaro na Presidência. Mas outro ponto de apoio, o chamado Centrão parlamentar, ganhou mais importância para a sustentação de um governo cada vez mais cambaleante, a partir do depoimento do funcionário de carreira do Ministério da Saúde, Luiz Ricardo Miranda, à CPI.

Miranda diz ter avisado a Bolsonaro pessoalmente, ainda em março de 2021, de que vinha sendo pressionado por superiores a acelerar a compra da vacina indiana Covaxin. Além de prever um valor em média 1.000% mais alto, o contrato não foi firmado diretamente com o laboratório fabricante, a Bharat Biotech, e sim com um representante no Brasil, o laboratório Precisa. O pagamento, por sua vez, deveria ser feito a uma *off-shore*, a Madison Biotech, que tem sede em Cingapura, paraíso fiscal. Durante a conversa, mediada pelo irmão do servidor, o deputado Luiz Miranda (DEM-DF), Bolsonaro teria admitido saber que a negociação ti-



General Pazuello e senador Omar Aziz, presidente da CPI

nha o envolvimento do líder do governo na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR).

Entre a reunião com Bolsonaro e o depoimento da CPI passaram-se mais de 3 meses e nenhuma investigação foi conduzida, o que colocou no colo de Bolsonaro uma possível acusação pelo crime de prevaricação. “Estamos diante de evidências de um crime gravíssimo”, sentenciou o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), “o senhor presidente da República, ao ser comunicado do fato criminoso, relata que tem suspeita de quem se trata e quem está operando. Estão dados todos os elementos do crime de prevaricação”, completou.

As revelações levaram a CPI a pedir a autorização do STF para investigar o presidente da República. O Ministério da Saúde prometeu pagar 15 dólares por cada uma das 20 milhões de doses da vacina indiana Covaxin. Um negócio de R\$ 1,6 bilhão que a base de apoio do presidente Bolsonaro tenta minimizar dizendo que a compra não foi efetivada. Mas o dinheiro foi empenhado pelo Ministé-

rio da Saúde. Ou seja: não poderia ser usado para comprar nenhuma outra vacina, nenhum outro medicamento ou nenhum cilindro de oxigênio, exatamente no momento em que o país mais precisava.

A denúncia resultou em três operações policiais em endereços relacionados a Francisco Maximiano, dono da Global e da Precisa Medicamentos, as empresas que intermediavam a compra dos imunizantes. No dia 17/9, a Polícia Federal vasculhou os endereços da Precisa em Itapevi e Barueri, cidades da região metropolitana da capital paulista, atrás de documentos que pudessem trazer mais detalhes da negociação. Mas bem antes de o coronavírus chegar ao Brasil, os representantes da Global e da Precisa já circulavam pelos corredores do Ministério da Saúde. A proximidade vem da época em que Ricardo Barros foi ministro da Saúde — no governo de Michel Temer (MDB-SP). E foram os contratos firmados entre 2016 e 2018 que levaram a Polícia Federal a uma segunda ação nos endereços vinculados a Maxi-

niano, agora para investigar fraudes na compra de medicamentos de alto custo pela pasta. Em 2017, a Precisa já havia embolsado R\$ 20 milhões por remédios que nunca entregou.

O escândalo da Covaxin repercutiu e ganhou espaço na mídia. O *impeachment* de Bolsonaro, que até então vinha sendo tratado pela oposição como possibilidade remota, pareceu ganhar força com a revelação. Mas a abertura de processos de afastamento depende do presidente da Câmara dos Deputados, a quem cabe a prerrogativa legal de colocar a proposta em pauta. A decisão, portanto, está nas mãos de Arthur Lira (PP-AL), aliado de Bolsonaro, representante do Centrão e correligionário de Ricardo Barros.

Em declaração à *Revista Adusp*, o senador Humberto Costa (PT-PE), ex-ministro da Saúde e membro da CPI, lembra que já existe mais de uma centena de pedidos de impedimento do presidente: “Bolsonaro já tem muitos crimes de responsabilidade. Não é por isso que não tem *impeachment*. É porque ele tem uma base forte no Congresso Nacional, porque ainda há uma parcela expressiva da população que apoia o governo dele — cada vez menor, mas ainda expressiva”.

Governo cambaleante, denúncias de corrupção dentro e fora da CPI, protestos crescentes e investigações avançando nos tribunais superiores levaram Bolsonaro a dar mostras cada vez mais frequentes de descontrole. Os gritos contra jornalistas mulheres ficaram mais estridentes. E o fantasma do *impeachment* vem acompanhado de outra assombração. Denunciado por genocídio dos povos indígenas no Tribunal Internacional Penal, em

Haia, depois que deixar o cargo Bolsonaro poderá ser condenado por crime contra a humanidade. Uma outra denúncia mostra o quanto esse também é um assunto que o governo prefere manter embaixo do tapete. O epidemiologista Pedro Hallal, professor e ex-reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), sustenta que o Ministério da Saúde censurou a informação de que, em junho de 2020, a população indígena tinha cinco vezes mais chance de contrair o coronavírus que a população em geral. Ao invés de atuar para proteger o grupo, o governo vetou projeto de lei que obrigava o fornecimento de água potável às aldeias indígenas, fez vistas grossas à invasão de terras indígenas por garimpeiros e madeireiros e jogou sua tropa de choque no Congresso Nacional para aprovar o PL 490/2007, que vira de cabeça para baixo a demarcação das terras indígenas.

**A morte como estratégia**  
**O genocídio não foi**  
**acidental, mas ao**  
**contrário resultou**  
**de uma “estratégia**  
**institucional de**  
**propagação do vírus”,**  
**que foi promovida “sob a**  
**liderança da Presidência**  
**da República”, concluiu**  
**a Faculdade de Saúde**  
**Pública após analisar**  
**mais de 3 mil normas**  
**e pronunciamentos**  
**federais**

“E daí?”. A pergunta que revelou o desdém de Bolsonaro à pandemia é uma entre os mais de 100 comentários públicos feitos por ele e outros integrantes do governo que foram classificados como “propaganda contra a saúde pública” no levantamento feito pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Direitos Sanitários (Cepedisa), da Faculdade de Saúde Pública (FSP-USP). O estudo colocou uma lupa sobre os mais de 3 mil atos, normas e pronunciamentos relativos à Covid-19 emitidos pelo governo federal entre março de 2020 e maio de 2021. A conclusão é que o morticínio não foi um acidente, mas uma **“estratégia institucional de propagação do vírus, promovida pelo governo brasileiro sob a liderança da Presidência da República”**.

Quando a primeira versão do mapeamento foi concluída, em meados de janeiro, o Brasil registrava 210 mil mortes. Menos de quatro meses depois, quando a professora Deisy Ventura, uma das autoras da pesquisa, apresentou a atualização do estudo a pedido de senadores, no final de maio, o número de mortes já tinha mais do que dobrado. O estudo concluiu que a ideia da imunidade de rebanho como método de controle da pandemia foi motor para uma incitação constante à exposição e a “apologia à coragem” foi impulsionada pela falsa ideia de que existia um tratamento precoce contra o coronavírus.

A teoria da imunidade de rebanho traz a reboque a ideia de uma saída para a crise sanitária sem efeitos adversos à economia. Mas para manter as pessoas em suas rotinas, era preciso encontrar o remédio para o medo de uma sociedade que passou a con-

viver com câmaras frigoríficas para acondicionar cadáveres. A cloroquina e os outros medicamentos que vieram a compor o protocolo de “tratamento medicamentoso precoce de pacientes com diagnóstico da Covid-19”, do Ministério da Saúde, ocuparam o lugar de “elixir” contra o medo.

O protocolo foi lançado pelo Ministério da Saúde cinco dias depois de Nelson Teich deixar o comando da pasta afirmando que não iria manchar sua própria história “por causa da cloroquina”. Àquela altura já estava claro que o tratamento precoce se mostrava ineficaz. Gonzalo Vecina, renomado professor da FSP-USP, entende que o governo precisava de um placebo para colocar sua estratégia em curso: “A perspectiva de que existe algum tratamento, ou preventivo ou terapêutico, faz com que as pessoas tenham uma tendência de exposição ao risco. A pessoa toma um remédio e fala: ‘Eu não preciso me preocupar porque não existe risco. Eu estou protegido, seja porque estou tomando um remédio preventivo, seja porque tem um remédio que eu poderei tomar caso eu fique doente’. Isso é muito grave”, adverte.

O protocolo do tratamento precoce só foi retirado do site do Ministério da Saúde cinco dias depois do depoimento de Marcelo Queiroga, atual titular da pasta, à CPI da Covid-19. Nesse período de um ano o Brasil viveu uma espécie de overdose coletiva de cloroquina. Os laboratórios do Exército e da Marinha produziram **25 vezes mais do medicamento** do que costumavam produzir quando ele era destinado apenas para malária, o governo distribuiu quase 3 milhões de comprimidos e, *last but not least*, o registro de efeitos adversos provocados pelo remédio



Senadores Aziz, Renan Calheiros, Randolfe Rodrigues e Humberto Costa

creceu mais de 650% no sistema de farmacovigilância da Anvisa em 2020, comparado com 2019.

Para dar lastro à estratégia, Bolsonaro contou com apoio do Conselho Federal de Medicina (CFM), órgão presidido por acólito seu que até hoje mantém em vigor o [parecer de abril de 2020](#) no qual reconhece que não existe base científica para o tratamento precoce à base de cloroquina e hidroxicloroquina, mas ainda assim admite seu uso em pacientes “com sintomas leves” ou “com sintomas importantes”, assegurando que o médico que prescrever “não cometerá infração ética”. A cumplicidade do CFM com as políticas genocidas do governo federal não deve ficar incólume. Em setembro de 2021, [a Defensoria Pública da União \(DPU\) ajuizou ação contra o conselho](#), por danos morais coletivos, na 22ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo, propondo anulação do parecer citado, indenização de familiares de pacientes tratados com cloroquina e hidroxicloroquina que vieram a fale-

cer ou sobreviveram com sequelas, pagamento dos respectivos tratamentos e multa de R\$ 60 milhões.

Além de médicos, empresários como Luciano Hang, da Havan, Flávio Rocha, da Riachuelo, Alberto Saraiva, dono da rede de *fast food* Habib’s e outros apóstolos do genocídio, como satirizaram cartazes espalhados pelos muros da capital paulista, também deram suporte à estratégia de propagar o vírus. A inauguração de uma loja da Havan em Belém, em outubro de 2020, é uma das cenas que marcaram o desprezo às medidas de isolamento — e foi objeto de acusações a Hang por ocasião de seu depoimento à CPI da Covid-19, em 29/9. [O post de Junior Durski](#), sócio de Luciano Huck na rede de restaurantes Madero, no começo da pandemia, foi um marco do desleixo do setor empresarial com a vida das pessoas.

“As pessoas têm que produzir, têm que trabalhar”, exortou Durski. “As consequências que nós va-

mos ter economicamente no futuro vão ser muito maiores [sic] do que as pessoas que vão morrer agora com o coronavírus. Eu sei que nós temos que chorar e vamos chorar cada uma das pessoas que morrerem do coronavírus. Vamos isolar os idosos, vamos isolar as pessoas que têm algum problema de saúde”, concedeu. “Mas nós não podemos, por conta de 5 mil pessoas ou 7 mil pessoas que vão morrer”, calculou, “parar o Brasil”. Afinal, muita gente morrerá de outras patologias ou vítima de homicídios e da fome, alegou, portanto “não tem como fechar tudo, se esconder do inimigo e não trabalhar”.

O argumento de que as medidas de isolamento foram responsáveis pelo caos econômico foi duplamente proveitoso para o governo: virou muleta para explicar o péssimo desempenho da economia no período que antecedeu a pandemia e tirou do foco o fato de que parte da tarefa do governo era justamente implementar políticas para proteger os empregos e a renda das pessoas durante a crise, como o pagamento do auxílio emergencial. O governo propôs um auxílio de R\$ 200, o Congresso aprovou um de R\$ 600. Mesmo assim, a ajuda demorou muito a chegar e acabou muito antes do tempo necessário para uma crise que já se prolonga por quase dois anos.

Em mais de um ano de pandemia, Jair Bolsonaro e o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), protagonizaram disputas que viraram símbolo da polarização entre o presidente e os governadores. Mas Estados e municípios também cederam às pressões econômicas, foram tímidos em executar medidas de apoio aos seto-

res atingidos pela crise e derraparam na adoção de medidas sanitárias eficazes (**vide texto sobre o caso paulista na p.92**).

No cabo de guerra federativo, o exemplo mais explícito de que é falsa a ideia de que o executivo federal e os estaduais estão nas pontas opostas da corda é o Amazonas. Em dezembro do ano passado, quando os números de casos voltavam a crescer, o governador Wilson Lima (PSC) determinou o fechamento de serviços não essenciais e proibiu eventos por 15 dias. O decreto só entraria em vigor no dia 26 de dezembro, preservando o faturamento das vendas de Natal. Mas os empresários convocaram um protesto. Menos de 24 horas depois, Lima cedeu à pressão e revogou a decisão. A dimensão trágica desse recuo ficou clara a partir de 14 de janeiro de 2021, quando explodiu a fatídica crise de abastecimento de oxigênio nos hospitais de Manaus, outro objeto importante da atenção da CPI da Covid-19, por implicar diretamente o ministro-general Pazuello e seus principais assessores, que agiram de modo negligente ao extremo nesse episódio.

Assim como em São Paulo, no Rio de Janeiro uma espécie de quarentena sanfona com um abre-e-fecha pouco rigoroso do comércio e serviços também dificultou a prevenção e contribuiu para alongar a crise. Situação agravada pelo desvio de recursos destinados a hospitais de campanha e à compra de respiradores. E, enquanto a população enfrentava filas à espera de leitos, havia vagas ociosas nos hospitais de campanha.

Por essas e outras, o professor Jefferson Goulart, do Departamento de

Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp, julga que a resposta à pandemia revelou “um federalismo primitivo bastante competitivo e pouco ou nada cooperativo”.

**A testagem que não houve “Basicamente, nós testamos as pessoas internadas, que estão isoladas. A chama da pandemia são os assintomáticos. Nunca soubemos da infecção. Não tomamos medidas para quebrar a cadeia de transmissão do vírus em nenhum momento da pandemia”, lamenta o professor Domingos Alves, da FMRP**

Segundo um levantamento da *Folha de S. Paulo*, o número de leitos de terapia intensiva para pacientes com Covid-19 quase triplicou no país entre maio de 2020 e maio de 2021. Saiu de 11.300 leitos para 28.100. A expansão de leitos hospitalares foi uma das principais medidas dos governos estaduais no combate à pandemia. Os investimentos voltados para atenção aos casos graves da doença consumiram a maior parte dos R\$ 40 bilhões do orçamento extra destinado ao Ministério da Saúde para o combate à pandemia.

As taxas de ocupação de leitos de UTI passaram a ser um dos principais indicadores para a adoção de medidas de restrição de circulação. Esse critério,

porém, é uma espécie de jabuticaba. Enquanto a maioria dos países optou por reforçar seus sistemas de vigilância epidemiológica e controlar o surgimento de novas infecções, o Brasil escolheu monitorar casos graves e leitos de terapia intensiva. Gastão Wagner, professor do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Campinas (Unicamp), entende que esse critério custou caro e foi pouco eficiente. Ele disse à *Revista Adusp* que se os recursos extras tivessem sido destinados à atenção primária, responsável pela vigilância epidemiológica, os gastos teriam sido menos da metade dos R\$ 40 bilhões. Além disso, o número de casos poderia ter sido cerca de 66% menor.

“Nós não conseguimos fazer o diagnóstico rápido dos casos, notificar quem deu positivo, procurar as pessoas em casa por telefone, viabilizar o bloqueio, o isolamento dessas pessoas em casa ou com o trabalho intersetorial com o pessoal da assistência social para conseguir alugar quartos, pensões”, explicou Wagner. “Ver onde essas pessoas circularam nos últimos cinco dias e fazer bloqueio nesses lugares. Fechar a sala de aula, fechar um pedaço da fábrica. ‘Visitou outras famílias?’ Ir lá na outra família e fazer os exames, ver quem está sintomático, quem é assintomático”. A chamada busca ativa de pacientes, mapeamento de pessoas que tiveram contato com pessoas infectadas e estratégias de bloqueio dos casos diagnosticados foram os métodos eleitos pelos países que apresentaram as melhores respostas à pandemia, como Nova Zelândia, China e Vietnã.

Domingos Alves, professor do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina de Ribeirão Pre-

to (FMRP-USP), calcula que se tivessem sido tomadas medidas adequadas desde o começo da pandemia, três de cada quatro mortes poderiam ter sido evitadas. Ele concorda que faltou diagnóstico: “Nós fazemos 3,1 testes por caso confirmado. A recomendação da OMS é de 10 a 30. Basicamente, nós testamos as pessoas que estão internadas, mas as pessoas que estão internadas estão isoladas. Quem é a chama da pandemia são os assintomáticos. Nós nunca soubemos sobre a infecção”, sentencia. “Nós não tomamos medidas para quebrar a cadeia de transmissão do vírus em nenhum momento da pandemia”.

No dia 25 de maio de 2021 foi confirmada a primeira morte no país pela variante Delta do SARS-Cov-2, mais infecciosa que o vírus sem mutação. O temor dos epidemiologistas é que com a incapacidade que demonstrou em fazer a vigilância de casos, o país pode voltar a enfrentar dificuldades.

Quando a pandemia chegou ao Brasil encontrou o SUS combalido pela criminosa política de teto de gastos implantada desde o governo de Michel Temer (“PEC da Morte”) e sem que houvesse uma coordenação clara por parte do Ministério da Saúde. Assim, avalia Gastão Wagner, o Brasil perdeu a oportunidade de dar maior musculatura à parte do SUS que vai além dos hospitais. Mas ele reconhece que houve ao menos um ganho simbólico: “O SUS tem muitos nomes, ou seja, não tem nenhum. É o postinho de saúde, o pronto-socorro da prefeitura... O SUS não tem marca e com a pandemia o SUS foi identificado e entrou no cotidiano, na conversa, no discurso, na preocupação de grande parte das famílias dos brasileiros e brasileiras”.

## **“Pesquisa observacional” Revelações da CPI apontam conexão do governo federal com a Prevent Senior, que aplicou medicamentos do kit Covid sem consulta prévia aos pacientes ou às famílias, mandou alterar prontuários e escondeu diversos óbitos causados pela doença**

Quando se imaginava que a CPI do Senado já havia escarafunchado tudo que havia de ilícito na gestão do governo federal relativamente à pandemia, quando se pensava que a corrupção bilionária e os crimes de responsabilidade do presidente e seu entorno na questão das vacinas já representavam o ápice em matéria de sordidez, eis que surge um novo e aterrorizante escândalo.

Os senadores oposicionistas apuraram que o grupo de medicina Prevent Senior, especializado na oferta de planos de saúde a idosos e idosos, determinou o uso terapêutico de hidroxicloroquina, azitromicina e ivermectina — o chamado “kit Covid” — em pacientes de Covid-19 sem o consentimento deles ou de suas famílias, com a finalidade de fornecer suporte empírico ao discurso governamental e à tese do “tratamento precoce”. Ou seja: houve o desenvolvimento e aplicação de um protocolo experimental, em comum acordo com o governo Bolsonaro, em função do qual pacientes passaram a receber o “kit Covid”. **O agravante é que esse experimento não**

foi submetido às autoridades competentes, nem a comitês de ética médica.

Outras revelações escabrosas vieram à tona. Médicos que trabalharam na Prevent Senior denunciaram o fato de que a empresa não apenas os coagia a prescrever o kit Covid, mas ainda os obrigava a alterar o código da doença (CID) no prontuário de pacientes que conseguiram curar-se e, inversamente, de outros que teriam ido a óbito. prática que acabou sendo confirmada pelo próprio diretor-executivo da Prevent Senior, Pedro Benedito Batista Junior, durante depoimento à CPI no dia 22/9. Em resumo, a operadora de saúde teria escamoteado muitas mortes por Covid-19 ocorridas em seus hospitais. **Uma delas foi a do conhecido médico negacionista Anthony Wong**, que atendido no hospital Sancta Maggiore, da Prevent Senior, veio a falecer no quinto dia de internamento. De acordo com a revista *piauí*, a médica responsável por seu tratamento foi ninguém menos que Nise Yamaguchi, uma das lideranças do “gabinete paralelo” que teve seu sigilo de comunicações quebrado pela CPI.

A advogada Bruna Morano, que representa o grupo de médicos, declarou à CPI, em 28/9, que a Prevent Senior tinha certeza de que não seria fiscalizada pelos órgãos de vigilância sanitária, sentindo-se portanto em condições de iniciar o protocolo experimental sem maiores preocupações. O impressionante é que tal tranquilidade teria surgido de contato com integrantes do chamado “gabinete paralelo”. “A Prevent Senior tinha segurança [de] que ela não sofreria fiscalização do Ministério da Saúde ou de outros órgãos vinculados ao Ministério da Saúde. Inclusive



[sic] foi essa segurança que fez nascer neles o interesse de iniciar um protocolo experimental, cientes de que não seriam devidamente investigados ou averiguados pelo ministério”, disse Bruna em depoimento aos senadores.

Na justiça, o castigo veio a cavalo. No final de setembro, o juiz Guilherme Santini Teodoro, da 30ª Vara Cível, determinou liminarmente que a Prevent Senior deposite R\$ 1,92 milhão em juízo para o pagamento do tratamento de Carlos Alberto Reis, de 61 anos. Inicialmente atendido no Hospital Sancta Maggiore, [Reis recebeu o kit Covid e, apesar de seu estado grave, não foi internado na UTI](#). Só se salvou porque a família decidiu transferi-lo para o Hospital Albert Einstein.

A conspiração do governo Bolsonaro com a Prevent Senior pode não ter sido a única. Há indícios de que também o grupo Hapvida, um dos maiores do setor de planos de saúde, atuou em dobradinha com o governo federal, a ponto de obrigar seus médicos a prescreverem os medicamentos do kit Covid, sob pena de demissão. No dia 28/9, [mais de um ano após as primeiras denúncias](#), a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) finalmente efetuou uma diligência nos escritórios do grupo em Fortaleza (CE) e Ribeirão Preto (SP) para levantar documentos. Nesta última cidade opera o grupo São Francisco, uma operadora local que foi comprada pelo Hapvida em 2019 e de quem

este herdou, por exemplo, contratos com a Universidade de São Paulo.

As conexões entre o Palácio do Planalto e setores do capital também levaram a CPI da Covid-19 a convocar e colher o depoimento de Luciano Hang, o histriônico dono da loja de departamentos Havan, investigado por financiar as atividades do blogueiro de extrema-direita Allan dos Santos, responsável pela produção de *fake news*. Hang é réu no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por sua participação na fraude eleitoral praticada na eleição presidencial de 2018.

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) apresentou em 20/10 a versão inicial do [relatório final da CPI](#), que indicia 66 pessoas e duas empresas (Precisa e VCT Log). Nele, Jair Bolsonaro é acusado de incorrer em nove crimes diferentes, entre os quais prevaricação, “epidemia com resultado morte”, charlatanismo e “crimes contra a humanidade, nas modalidades extermínio, perseguição e outros atos desumanos”. O general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, e o atual ministro Marcelo Queiroga foram indiciados por epidemia com resultado morte e prevaricação. Pazuello é acusado ainda de crimes contra a humanidade. Os ministros Onix Lorenzoni (Casa Civil), general Walter Braga Netto (Defesa) e Wagner Rosário (Controladoria Geral da União) também foram indiciados, por crimes diversos.

O relatório indicia vários integrantes do chamado “gabinete paralelo”, por envolvimento na apo-

logia ao “tratamento precoce” da Covid-19 — Paolo Marinho Andrade Zanotto, professor do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB-USP), a médica Nise Hitomi Yamaguchi, o empresário Carlos Wizard Martins e o deputado federal Osmar Terra (MDB) — todos acusados de epidemia com resultado morte. “O ônus da prova é do acusador”, declarou Zanotto ao portal G1.

São indiciados igualmente o(a)s deputado(a)s Ricardo Barros, Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), Carla Zambelli (PSL-SP) e Bia Kicis (PSL-DF), o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) e o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos), bem como Fernando e Eduardo Parrillo, proprietários da Prevent Senior, e Pedro Benedito Batista Jr., seu principal executivo, os três últimos por crimes contra a humanidade, falsidade ideológica e colocar em perigo a vida ou saúde de outrem. A versão definitiva do relatório foi aprovada pela CPI em 26/10, por 7 votos a 4. O número final de pessoas físicas indiciadas passou a 78 — o novo rol inclui o governador Wilson Lima (AM). Cópias do relatório foram entregues pessoalmente pela cúpula da CPI ao presidente do STF e ao procurador-geral da República. Iniciada no momento em que as estatísticas nacionais computavam 400 mil mortes por Covid-19, quando a CPI encerrou suas atividades o país havia chegado à trágica marca oficial de 606.293 óbitos diretamente causados por essa patologia.

## Nota

1 Jornalista. Especial para a *Revista Adusp*. Colaborou Pedro Estevam da Rocha Pomar.